



**DIREITO FINANCEIRO**

Leia os excertos a seguir para responder à Questão 1:

**“A confusão entre a taxa e o preço público tem sido uma constante, tanto no campo legislativo, como no campo jurisprudencial, apesar da nítida diferenciação do regime jurídico de uma e de outro”**

(HARADA, Kiyoshi. *Direito Financeiro e Tributário*. 24ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Atlas, 2015, p. 44)

**“Desde logo, afastamos qualquer qualificação dos preços. Não há, em direito, preços privados, quase privados ou públicos, como pretenderam diversos autores”**

(OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Curso de Direito Financeiro*. 7ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 328 )

**1. Acerca das distinções entre “taxa” e “preço público” na doutrina e no Direito brasileiro, responda:**

- a) Como a doutrina brasileira, com base na Constituição de 1988, nas diferentes modalidades de serviços prestados pelo Estado e na obrigatoriedade ou não da utilização de determinado “serviço público”, busca estabelecer as diferenças entre os regimes jurídicos das taxas e dos preços públicos? (3 pontos).
- b) À luz das distinções doutrinárias estabelecidas no tópico anterior, como se explica a afirmação crítica de Regis Fernandes de Oliveira, no trecho citado de sua obra? (2 pontos).
- c) Qual a jurisprudência firmada pelo STF acerca da natureza jurídica do valor cobrado dos usuários pelos serviços de esgoto? Como se relaciona com os trechos citados de Harada e Oliveira? (3 pontos).

**DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO**

**2. A empresa XYZ Ltda foi contratada pelo Estado do Pará para prestar serviços de vigilância e segurança no prédio de uma de suas secretarias. Pedro Serafim, vigilante empregado da empresa contratada, que laborava no referido prédio, após ter sido dispensado sem justa causa, ajuizou Reclamação Trabalhista em face de sua ex-empregadora requerendo diversas verbas remuneratórias e rescisórias, dentre elas diferença salarial advinda de reajuste obtido pela categoria em convenção coletiva. Pediu também a responsabilização subsidiária do Estado do Pará pelas verbas requeridas. A primeira reclamada (empresa XYZ Ltda) foi revel. O Estado apresentou defesa. O Juiz, em sentença, decidiu pela total procedência dos pedidos do reclamante em face da primeira reclamada. Responsabilizou, ainda, o Estado do Pará subsidiariamente por todas as verbas objeto de condenação, fundamentando-se no simples inadimplemento das parcelas a cargo da empregadora principal. Diante desse quadro, responda:**

- a) Discorra acerca da responsabilidade do Estado por terceirização de serviços, abordando suas bases legais, constitucionais e jurisprudenciais, analisando ainda a posição atual do STF acerca da matéria. (3 pontos)

- b) É possível ao Estado celebrar acordos e/ou convenções coletivas de trabalho que prevejam reajustes salariais de seus servidores? E em casos como o do trabalhador terceirizado Pedro Serafim, em que foi condenado subsidiariamente a pagar diferenças salariais advindas de reajuste previsto em convenção coletiva, o Estado teria sucesso, de acordo com a jurisprudência pacificada do TST, ao opor eventual impossibilidade de celebrar normas coletivas de cunho econômico? (3 pontos)
- c) Findo o processo de conhecimento, caso o Juiz inicie a execução contra o Estado sem esgotar os atos executivos em face da primeira reclamada, qual a medida judicial cabível e seus principais argumentos? E caso tal medida não obtenha sucesso, qual o recurso cabível em face da decisão que a rejeitar? (2 pontos)

### DIREITO AMBIENTAL E MINERÁRIO

#### 3. Acerca dos institutos da Reserva Legal e da Área de Preservação Permanente:

- a) Conceitue e diferencie os dois institutos, apreciando a importância de cada um deles na proteção ambiental. (3 pontos)
- b) Analise o impacto dos dois institutos no direito de propriedade, a questão do registro imobiliário e os efeitos do caráter *propter rem* quanto à obrigação de recuperar área degradada. (5 pontos)

### DIREITO AGRÁRIO

#### 4. A respeito do tema “Quilombos e Quilombolas”, discorra sobre:

- a) O regime jurídico de titulação de remanescentes de quilombos, critérios de identificação do grupo, requisitos para delimitação de território e seu impacto quando incidente em áreas privadas. (4 pontos)
- b) O papel dos entes federados na titulação das áreas, a questão da titulação individual ou coletiva e suas consequências e a possibilidade (ou não) de convivência entre unidades de conservação e áreas quilombolas, justificando sua posição. (4 pontos)

### DIREITO CIVIL

#### 5. No que diz respeito aos juros e a correção monetária, responda:

- a) É possível a cumulação de correção monetária com a Taxa SELIC? Justifique. (3,0 pts)
- b) Ação movida pela Fazenda Pública Estadual contra servidor para obter a restituição de parcelas remuneratórias recebidas indevidamente no ano de 2001, ajuizada em 25.08.2003. Citação válida ocorrida em 29.09.2003. Sentença proferida em 02.03.2004, condenando o Réu ao pagamento de valor líquido, acrescido de juros de mora legais até a efetiva satisfação do débito, com trânsito em julgado em 03.05.2004 e execução iniciada em 25.05.2004. Postos esses dados, especifique e discorra sobre a(s) taxa(s) de juros de mora legais a que alude a sentença. Justifique com ênfase na jurisprudência do STJ. (5,0 pts)